

## CÃO QUE LATTES NÃO MORDE? EFEITOS DO PRODUTIVISMO ACADÊMICO NA CONSTRUÇÃO DA AUTORIA<sup>1</sup>



## DOG THAT DOESN'T BITE LATTES? EFFECTS OF ACADEMIC PRODUCTIVITY IN CONSTRUCTION BY AUTHORSHIP

Éderson Luís Silveira  
UFSC, Brasil

Francisco Vieira da Silva  
UFERSA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)  
RECEBIDO EM 15/08/2017 • APROVADO EM 21/03/2018

---

### Abstract

---

Basing ourselves in reflections that permeate the context of academic productivity that often favors the quantity at the expense of the quality of research and texts drafted this article aims, from the analysis of some discursive materiality, discuss the Constitution by inside of the order of academic discourse, taking into consideration the actual conditions of emergence of

authorship, markedly securitized advent of academic productivity policy, carried out by various bodies to encourage scientific research and universities in a way.

---

## Resumo

---

Pautando-nos em reflexões que permeiam o contexto da produtividade acadêmica que muitas vezes privilegia a quantidade em detrimento da qualidade de pesquisas e textos elaborados o presente artigo tem como objetivo, a partir da análise de algumas materialidade discursivas, discutir a constituição da autoria no interior da ordem do discurso acadêmico, levando em consideração as atuais condições de emergência da autoria, marcadamente lastreadas pelo advento de uma política de produtividade acadêmica, levada a cabo por diversos órgãos de fomento à pesquisa científica e pelas universidades de um modo em geral.

---

## Entradas para indexação

---

**KEYWORDS:** Academic Authorship. Productivity. Legitimation.

**PALAVRAS CHAVE:** Autoria Acadêmica. Produtividade. Legitimação.

---

## Texto integral

---

*Cada um traz dentro de si todo um reservatório de frases, epítetos e locuções prontas que resultam de pura imitação. Elas nos livram do exercício de pensar porque as tomamos como soluções válidas e apropriadas. Na maior parte das vezes, reagimos ao que nos acontece usando palavras que não são nossas. Não somos os seus reais autores [...] É por isso que não devemos acreditar demais em nossas palavras (Paul Valéry)*

*Mas o que há assim de tão perigoso por as pessoas falarem, qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde é que está o perigo? (Michel Foucault)*

Que condições de emergência são responsáveis pelo funcionamento da autoria na ordem do discurso acadêmico? Em que medida as atuais exigências acerca da produtividade acadêmica afetam a constituição da autoria no interior dessa ordem de controle dos discursos? Tomando esses dois questionamentos como ponto de partida, este texto tem como objetivo, a partir da análise de algumas materialidade discursivas, discutir a constituição da autoria no interior da ordem do

discurso acadêmico, levando em consideração as atuais condições de emergência da autoria, marcadamente lastreadas pelo advento de uma política de produtividade acadêmica, levada a cabo por diversos órgãos de fomento à pesquisa científica e pelas universidades de um modo em geral.

Nesse sentido, convém destacar que tem recrudescido, nos últimos anos, praticamente em todas as áreas do conhecimento, uma política de produtividade acadêmica, baseada de modo vigoroso na quantidade, de modo a resultar num processo exorbitante de difusão e apropriação do conhecimento científico. Houve, nesse contexto, um aumento exponencial no número de periódicos e, por corolário, de artigos publicados. Como ressaltam Castiel, Sanz-Valero e Vasconcellos-Silva (2011, p. 140), “[...] em geral, convive-se com a impressão de haver se tornado bem menos atribulado produzir projetos e, caso se obtenha financiamento, realizar pesquisas”. Todavia, os efeitos colaterais dessa política já podem ser sentidos, se levarmos em consideração a qualidade duvidosa de algumas publicações, os textos duplicados, a irrupção do chamado *autoplágio* (ZOPPI-FONTANA, 2013), além dos vários casos de plágio, motivados, dentre vários fatores, pela urgência em publicar, num quadro cuja máxima é “publique ou pereça!”.

Em tal panorama, convém discutir, atentando para a importância capital atribuída aos periódicos científicos, o funcionamento da autoria no regime de enunciabilidade desses lugares de circulação do conhecimento científico. Para tanto, nesse artigo, objetivamos examinar alguns enunciados, extraídos das orientações constantes do *site* de cinco revistas científicas da área de Letras/Linguística, no intuito de procurar responder aos questionamentos anteriormente expressos. A fim de referendar essas análises, tomamos como ponto de partida a noção de autoria, ou de função-autor, a partir de Foucault (2002), na famosa conferência intitulada *O que é um autor?*, proferida em fevereiro de 1969. Nesse contexto, cabe ainda acentuar teoricamente as considerações de Chartier (2012; 2014) a respeito do que o autor denomina de *revisão de uma genealogia* das discussões encetadas por Foucault, tendo em vista as diferentes demandas históricas do presente de cada leitor (cf. TREFZGER, 2014).

Em linhas gerais, Foucault (2009) vai definir a função-autor como um princípio de agrupamento do discurso, como a unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. A função autor, na perspectiva de Foucault (2002), é a característica de um modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade. O autor lembramos que uma certa quantidade de discursos são providos da função autor, ao passo que outros são dela desprovidos. Nessa perspectiva, Foucault (2002, p.46) exemplifica: “[...] uma carta privada pode ter um signatário, mas não te autor; um contrato pode bem ter um fiador, mas não um autor. Um texto anônimo que se lê na rua terá um redactor, mas não um autor”.

A emergência da função autor, numa perspectiva genealógica, está intrinsecamente relacionada à questão da propriedade intelectual, à propriedade privada e à construção jurídica da autoria. Noutras palavras, os textos começaram a ter autores, na medida em que o autor se tornou possível de ser punido, pois os

discursos tornaram-se transgressores (FOUCAULT, 2002). Tem-se, portanto, a instauração de um regime de propriedade para os textos. Alargando essas considerações, Chartier (2014) compreende que a função autor estava constituída, no final do século XVI e início do século XVII, como uma arma fundamental na cruzada da Igreja Católica contra a profusão de textos suspeitos de heresia.

Assim, Chartier salienta que a presença do nome próprio é um requisito seminal para a aferição das chamadas obras proibidas. Desse modo, eram consideradas proibidas tanto as obras já escritas por um dado autor, como as que ainda seriam efetivamente produzidas. Nas palavras de Chartier (2014, p. 75), “[...] o autor era assim claramente construído, como a fonte única de um pensamento e de uma expressão igualmente manifesta em todos os seus textos, inclusive o que não havia sido escritos”. Não havia, nesse sentido, uma clara distinção entre textos literários e científicos, nem entre obras antigas e contemporâneas, na medida em que todas deveriam passar pelo crivo da censura eclesiástica.

Acerca das condições de surgimento e das variações da autoria nos textos científicos e literários, as percepções de Foucault (2002) e Chartier (2014) vão divergir, especialmente no que se refere à questão temporal. Para Foucault (2002), nos séculos XVII e XVIII, momento crucial de redefinição da autoria nos discursos científicos e literários, somente estes estavam necessariamente atrelados a uma função autor, enquanto que os discursos científicos prescindiam de autoria. Até esse período, conforme a cronologia foucaultiana, os textos literários funcionavam a partir do anonimato e as teorizações científicas, por outro lado, encontravam-se congenitamente ligadas ao exercício da autoria. Chartier (2014), por seu turno, argumentar que a função autor já existia desde a Idade Média, em diferentes textos, sejam literários ou científicos. Isso inclui, de acordo com Chartier (2014), atentar para o fato de que os discursos científicos, mesmo antes do período estabelecido por Foucault (2002), sofriam variações bastante pontuais, na medida em que “a concepção de autoria nas ciências era mais fortemente ligada à capacidade de dizer a verdade do que à imediata realidade de quem havia feito a descoberta” (CHARTIER, 2014, p.74).

Para além desses desacordos, convém reconhecer a mutabilidade da função autor, permanentemente construída sob o conjunto de descontinuidades sobrepostas (FOUCAULT, 2008), de que se molda a história na perspectiva foucaultiana. Isso significa afirmar que a emergência da função autor na atualidade engata-se a condições de possibilidade específicas, mas que se atrela aos resquícios da autoria de outros momentos históricos. Nesse sentido, o autor, no campo acadêmico, sofre sanções judiciais, principalmente no que tange aos casos de plágio. As revistas científicas esboçam orientações bastante incisivas no sentido de evitar fraudes e posturas desonestas na produção do conhecimento científico e, inclusive, utilizam programas de computador responsáveis por rastrear vestígios de plágios e/ou publicações duplicadas.

É demasiado frequente, portanto, enunciados do tipo: “Os editores avaliarão os manuscritos com o sistema *CrossCreck* logo após a submissão. Primeiramente será avaliado o conteúdo textual dos artigos científicos procurando identificar

plágio, submissões duplicadas, manuscritos já publicados possíveis fraudes em pesquisa” (Revista 1<sup>2</sup>). O autor é impelido a certificar-se dos mecanismos presentes na ordem acadêmica e submeter-se a eles. Para isso, é preciso declarar estar ciente dessas condições, a fim que de faça circular os seus dizeres. No campo acadêmico, os discursos estão suscetíveis a mecanismos de controle dos dizeres (FOUCAULT, 2009). Somente está credibilizado a ser reconhecido como um discurso científico legítimo aquele que obedecer às orientações presentes nos periódicos, os quais fazem circular esse discurso.

Em tal campo, a titulação funciona como um mecanismo de exclusão/inclusão de produção de discursos legítimos e credenciados no cerne dessa esfera. Boa parte dos periódicos científicos, especialmente os que são mais bem avaliados nesse sistema de publicação, somente publica artigos e/ou resenhas, se estes forem escritos por doutores, na condição de autor principal ou coautor. Sob essa lógica, analisemos esse excerto, retirado de um item intitulado *Submissões Online*: “Como publicação de referência na área, a revista exige o grau mínimo de doutor para autores interessados em na submissão de artigos. No caso de autoria coletiva, pelo menos um dos autores devem possuir tal titulação”. Nesse caso, a titulação máxima funciona como uma condição *sine qua non* para a publicação de um escrito e, portanto, para o funcionamento da autoria no interior dessas condições que regem a dinâmica dos periódicos, mais precisamente das contínuas avaliações por que passam, anualmente.

A percepção de Castiel, Sanz-Valero e Vasconcellos-Silva (2011, p. 142) parece ser elucidativa nesse sentido. Segundo os autores, “[...] o artigo científico assume uma dimensão de mercadoria e traz elementos vinculados às transações do capital globalizado para o campo acadêmico”. Isso se reflete, pois sobre toda uma cultura do *ranking* para as melhores revistas, fazendo do campo acadêmico um campo de disputas do ponto de vista mercadológico. Como para que uma revista esteja inserida na avaliação do indicador *qualis* da CAPES é necessário que nas edições publicadas haja presença de doutores vinculados a instituições de pós-graduação *stricto sensu*, algumas revistas encontraram modos de “assegurar” a presença de profissionais com tal formação. Vejamos, então, a partir da análise de materialidades específicas, de que forma isso ocorre na prática.

Na obra *A Ordem do discurso*, Foucault menciona que em toda sociedade os discursos são recortados, esquadrinhados, distribuídos, interditados e circulam por todo o tecido interacional das relações humanas. Qual é o problema de que discursos sejam produzidos e reproduzidos indefinidamente? – pergunta ele, a certa altura. Unidos de inspiração foucaultiana, cabe-nos indagar: Qual o perigo contido no fato de que discursos acadêmicos apregoem frequentemente a necessidade da presença de um autor com formação específica para submissão de textos em periódicos?

No texto *O que é um autor?*, a função autor possibilita-nos pensar acerca dos modos como alguns discursos existem, circulam e funcionam dentro da sociedade. Curiosamente, o requisito de que haja avaliação por pares às cegas incute refletirmos que a titulação não será percebida pelos que tiverem o texto em mãos para avaliar. A conferência da submissão se dará, portanto, pelos editores dos

periódicos que terão acesso aos dados dos autores dos textos submetidos e a eles cabe o primeiro crivo - da legitimidade. Então, o primeiro critério (e não apenas um dos critérios) é a titulação. Recebendo o aval legitimador da presença de um dos autores com a titulação requerida, o texto passa então a ser avaliado às cegas. Isso não quer dizer que todas as revistas preconizem a exigência de titulação, já que o discurso não se exerce uniformemente nem da mesma maneira em todas as épocas e circunstâncias (FOUCAULT, 2002), o que nos instigou então a pensar acerca do funcionamento dos discursos que regem a legitimação de autoria em periódicos específicos.

Como a função- autor não se designa a partir da centralidade de um eu fundante do discurso, a existência simbólica do indivíduo que escreve e a inscrição do sujeito na história levam-nos a pensar em como se deflagram redes de poder tecidas entre discursos, práticas e representações acerca da autoria no século XXI no contexto de periódicos universitários. Cabe então que três excertos sejam destacados, nos quais determinada titulação é necessária para submissão de textos em periódicos diferentes:

A Revista X está permanentemente aberta à submissão de artigos de pesquisadores doutores (**ou** de mestrandos e doutorandos **em conjunto** com seus orientadores) através do link de submissão (Revista 2, grifos nossos).

- a) serão aceitas apenas contribuições que envolvam **pelo menos um** autor com título de doutor;
- b) mestrandos, mestres e doutorandos poderão submeter trabalhos desde que em coautoria com um pesquisador doutor, que **responderá pela eventual revisão** do trabalho após a avaliação dos pareceristas (Revista 3, grifos nossos).

FOCO E ESCOPO: A revista Y aceita trabalhos de pesquisadores/doutores e, **eventualmente**, de doutorandos, **desde que** recomendados por carta de apresentação de seus orientadores (Revista 4, grifos nossos).

Os excertos destacados podem nos ajudar a lançar luzes ao tempo presente. Isso porque os modos de circulação, distribuição e legitimação do que pode e deve ser dito em determinada época pode ocorrer de outra forma noutras instâncias. Assim, da mesma forma que temos regularidades entre eles, tem-se também singularidades nas formas de recortar os objetos a que se referem os textos. As palavras e expressões *ou*, *em conjunto*, *pelo menos* um coincidem no sentido de legitimar o lugar que um indivíduo pode assumir para ser sujeito condicionado a um fator externo: formação acadêmica. Dessa forma, mestrandos e doutorandos (graduandos nem pensar!) estão aptos a submeter textos desde que se submetam às regras do jogo.

Quando Foucault (2002) parte de uma indagação “importa quem fala?” que nortearia a conferência sobre autoria ele passou a refletir acerca de como, com o passar do tempo, tornou-se legítimo conferir a autoria de textos a indivíduos específicos a partir de determinadas condições históricas. Dessa forma, tornou-se possível atribuir a paternidade de enunciados a um autor bem como os ditos e escritos puderam ser tomados como obra deste indivíduo. No caso das regras do jogo de alguns periódicos acadêmicos mencionadas anteriormente, as implicações disso não são irrelevantes: trata-se de avaliar a legibilidade de um texto, primeiramente, não pelo que está escrito, mas a partir das condições históricas de autoria que se tornaram possíveis de acordo com determinadas circunstâncias.

A expressão *condições históricas* na frase anterior aparece grafada no plural e a exigência de titulação para que o texto entre em processo de avaliação é a mesma em todas as revistas, não é? Ledo engano. Há nuances e fragmentos de singularidades que não podem passar despercebidos: em ambas os excertos de recomendações os indivíduos que não preenchem a exigência da titulação preferencial são jogados para o terreno dos parênteses, precedidos de uma conjunção alternativa **ou**, que indica fatos que se realizam separadamente, no primeiro caso. Já no segundo, são varridos para uma segunda alternativa que condiciona a revisão do trabalho à responsabilidade de um indivíduo com doutorado. Estamos, portanto, nos referindo às condições externas que designam um indivíduo como autor de um texto: estar em coautoria com professor doutor ou ser um professor doutor.

No último caso, o fato de a revista aceitar **eventualmente** textos de doutorandos já situa esta incidência no terreno das exceções. Não sendo suficiente ser exceção de textos recebidos, doutorandos então tem que se submeter à outra regra do jogo: apenas poderão submeter se o texto for acompanhado de uma carta de recomendação do professor orientador. O que acontece com a originalidade de textos que não passaram sob o crivo de um orientador com doutorado? Qual a diferença de um texto escrito por alguém que concluiu o doutorado e um texto de alguém que está concluindo o curso? Deve-se então esperar? Dessa forma, as condições de submissão não são apenas condições de autoria: são efeitos de discursos acerca da legitimidade da produção acadêmica que se norteia a partir do modelo de mais-valia. Sob esta lógica, quanto maior a titulação, maior a competência. Somente os de maior titulação estariam, então, aptos a responsabilizar-se pelos textos submetidos.

Temos, portanto, não apenas leis que regem condições acerca do lugar que um indivíduo pode (e deve) ocupar para ser sujeito, mas o reflexo de embates e relações de poder que (des)legitimam lugares na academia historicamente marcados. Desse modo, para Foucault (2009), frequentemente determinados tipos de discurso são postos em funcionamento e produzem efeitos na constituição dos sujeitos.

É assim que as falácias de que para submeter textos para revistas de qualis alto só é possível para indivíduos portadores de titulação cada vez maior vão se propagando indefinidamente. E qual é o perigo destes discursos se proliferarem

indefinidamente? O risco, por exemplo, de confundirem-se condições de autoria com legibilidade de conteúdos do que foi escrito. Ora, se o que confere legitimidade a um texto é a presença de um indivíduo com posição acadêmica X, apreende-se daí que os indivíduos que não preencherem tal requisito não estariam aptos a escrever e ter seus textos aprovados. O critério de qualidade (sic) de um texto não pode ser medido pela titulação de um dos autores, pois, se a participação dele tiver sido menor, como o peso recai mais sobre um fator externo ao texto do que ao que estiver efetivamente escrito? Se com Nietzsche aprendemos que toda vontade de saber se sustenta sobre uma vontade de ignorância, há muito que martelar sobre discursos que enovelam formas de subjetivação na academia atualmente. Então palavras, discursos e representações que se foram inserindo na cultura de submissões para periódicos universitários precisam ser problematizadas para que se possa pensar nas relações de força presentes nas práticas cotidianas que constituem sujeitos e produzem subjetividades na contemporaneidade.

A esta altura, temos então saberes possíveis sobre a autoria acadêmica - onde há poder, há resistência, nem todas as revistas solicitam titulação mínima para submissão de textos -; matrizes normativas de comportamento - quando indivíduos se submetem continuamente às regras do jogo do *publique ou pereça* e às exigências de titulação e um modo de existência virtual de sujeitos - onde temos a autoria sob condições específicas. A articulação destes três elementos que exemplificamos forma o que Foucault (2010) chamou de focos de experiência. Como se trata de focos de experiência apreendidos a partir de modos específicos de subjetivação, isso quer dizer que os modos de subjetivar-se podem vir a ser outros. Nesse contexto, não se trata de propor a resolução de um problema, mas de promover o desprendimento, instaurando problematizações possíveis. Isso porque o que se insere no jogo do verdadeiro e do falso como condições de possibilidades constitui os objetos de discurso para o pensamento (FOUCAULT, 1986). O fato é que a legitimidade da autoria sob o crivo de uma condição faz parte de um entrelaçamento entre o passado e o presente da autoria:

Todos estes acontecimentos, parece-me que os repetimos. Nós os repetimos em nossa atualidade e eu tento compreender qual é o acontecimento que presidiu nosso nascimento e qual é o acontecimento que continua, ainda, a nos atravessar (FOUCAULT, 2001, p. 56).

Dessa forma, atualidade e presente não podem ser vistos como sinônimos sob a égide do pensamento foucaultiano já que, para ele, há uma diferença que vai se acentuar entre “[...] o que, de um lado, nos precede, mas continua, apesar de tudo, a nos atravessar e o que, de outro lado, sobrevém [...] como uma ruptura (REVEL, 2005, p. 27)”. Dessa forma, considerando o campo acadêmico como ponto de disputas mercadológicas, o funcionamento da autoria no âmbito das avaliações de periódicos, as condições de possibilidades específicas e a efetivação do exercício de autoria, o presente texto emerge no sentido de pontuar que as relações de poder perpassam corpos, imaginários e produções de subjetividades na atualidade. Ao apreender o poder não como detido nas mãos de um sujeito soberano, mas como

uma teia de relações, as problematizações propostas no presente texto visam fazer emergir e ranger, sob aporte teórico foucaultiano, as formas de subjetivação de autoria acadêmica na atualidade que tem sido (re)produzidas por aí. Sobre o poder, vale lembrar:

O exercício do poder não é simplesmente uma relação entre parceiros individuais e coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros (FOUCAULT, 1995, p. 242). Tratava-se de efetuar uma história problema: [...] em que o verdadeiro exercício crítico do pensamento se opõe à ideia de uma busca metódica da solução: a tarefa da filosofia não é resolver – incluindo a substituir de uma solução por outra –, mas problematizar; não é reformar, mas instaurar uma distância crítica (REVEL, 2005, p. 82).

## Notas

1 As reflexões do presente texto tiveram início em um texto escrito para uma edição da Amazon Kindle organizada pelo Prof. Dr. Leonard Christy, da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.

2 Optamos por não utilizar o nome das revistas. Para tanto, utilizaremos a codificação *Revista 1*, *Revista 2*,...e, assim, sucessivamente.

---

## Referências

---

CASTIEL, L. D. ; SANZ-VALERO, J. ; VASCONCELLOS-SILVA, P. R. **Das loucuras da razão ao sexo dos anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica**. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2011.

CHARTIER, R. História, discurso e autoria em Foucault. In: PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 19. ed. Ed. M. J. Marcionilo. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O que um autor?** Trad. António Fernando Cascais & Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 2002.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. (Org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1995, p. 231-249.

\_\_\_\_\_. Sexualidade e poder. In: \_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos vol. V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense, 2001, 56-76.

\_\_\_\_\_. Retornar à história. In: \_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (Coleção Ditos e Escritos, v.II).

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

TREFZGER, F. P. S. Agamben, Chartier, leitores de Foucault: um retorno ao autor, **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n.36, jan./jun. 2014, p.14-38.

ZOPPI-FONTANA, M. Deadline. A função-autor e os efeitos do discurso na produtividade da ciência. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **Cidade, linguagem e tecnologia: 20 anos de história**. Campinas: Labeurb, 2013. p.109-136.

---

### Para citar este artigo

---

SILVEIRA, Éderson Silva; SILVA, Francisco Vieira da. Cão que Lattes não morde? Efeitos do Produtivismo acadêmico na construção da autoria. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 7., n. 1., JAN-JUN, 2018, p. 127-136.

---

### Os Autores

---

**Éderson Luís Silveira** é Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Grupo de Estudos em Territorialidades da Infância e Formação Docente (GESTAR/CNPq). Contato eletrônico: <[ediliteratus@gmail.com](mailto:ediliteratus@gmail.com)>.

**Francisco Vieira da Silva** é Doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Professor Efetivo da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA). Membro do Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI). Contato eletrônico: <[franciscovieirariacho@hotmail.com](mailto:franciscovieirariacho@hotmail.com)>.